

ALBERT CAMUS

— Trinta anos depois *

Assinalar uma efeméride é não transigir com a cruel chama devoradora do Tempo, que na sua estranha e indomável impetuosidade, aniquila sempre abruptamente a odisseia das vidas humanas.

Neste sentido, recordar um pensamento é, em certa medida, a única alternativa contra o descontentamento que a finitude de um ser humano e da sua obra, provoca inexoravelmente.

É, também, ocasião para uma análise do legado que, porventura, dele nos resta, perfilando-se como um estímulo para a continuidade de um exercício intelectual e vital, sobretudo se nessa obra se equacionaram questões com as quais ainda nos debatemos.

Tal é o significado desta intervenção que, não visando o estudo exaustivo do pensamento de Albert Camus, traduz a intenção de contribuir para o encontro com o ideário nuclear de um filósofo admiravelmente comprometido num combate singular em prol de um sentido ético para a existência humana.

Numa época como esta em que vivemos, marcada, a um tempo, por uma profunda desmoralização, bem como por sinais de contradições axiológicas, favoráveis à irracionalidade de intolerâncias e fanatismos, recordar o essencial de uma obra onde convergem as inquietações fundamentais da condição humana e os delineamentos de um itinerário humanista conducente à experiência quotidiana da Dignidade, constitui-se em significativa razão para

* Palestra, seguida de colóquio, proferida em 24/5/90, no Institut Français de Porto.

reflectir em torno de um filosofar concreto, dirigido ao «homem de carne e osso» de que falava Miguel de Unamuno e ao «homem às mãos com o destino» que preocupava Leonardo Coimbra.

Filósofo, Camus? Em que medida poderá responder-se pela positiva?

Pouco importa que ele tenha afirmado que não era um filósofo, nem jamais tenha pretendido sê-lo ⁽¹⁾, porquanto a sua obra no-lo comprova, preocupada em construir um saber fundamental, debruça-se, igualmente, numa urgente e inadiável tarefa de entender a aventura existencial dos seres humanos, interrogando-se sobre o sentido da vida e o valor do agir humano. É obra de Filosofia. Animada por um profundo sentido ético, a Filosofia conduz necessariamente a uma sabedoria, capaz de proporcionar verdades para a vida, a fim de evitar a insegurança e o erro, vocacionada a pensar os argumentos humanos para o afrontamento da misteriosa violência do destino.

À luz desta perspectiva, não poderá haver hesitação em considerar-se Camus, um filósofo de admirável expressão teorizadora e poética, cuja intervenção, embora breve porque prematuramente mutilada pela atroz brutalidade com que o acaso actua na vida, foi, porém, incisiva e tenaz na construção de uma ideia responsável de Humanismo para o nosso tempo.

Aproximando-nos do seu ideário fundamental, depára-se-nos uma trajectória que, da angústia existencial transita para uma implacável revolta que, por fim, aponta o rumo da harmonia e da Fraternidade, matriz significativa do que ele chamará «la pensée de midi», onde se revelará um certo sentido optimista e generoso, bem como um esforço talvez capaz de atenuar o íntimo reencontro de um persistente niilismo.

Reconhecendo com Camus que o pensamento se une à experiência da vida, importa destacar, à partida, alguns dados biográficos para uma melhor compreensão da sua obra.

Nascido na Argélia, em 1913, no seio de uma família pobre, donde cedo seu pai será afastado, mobilizado para a 1.^a Grande Guerra, onde encontrará a morte, Camus vai viver com a sua mãe, a avó e um tio doente, num ambiente triste, marcado pela escassez.

(1) Cfr. «Actuelles-II», em Camus, Albert, «Essais», Paris, Gallimard, Bibl. de la Pleiade, 1965, p. 743.

Frequentará a escola primária, onde um modesto professor, a quem Camus dedicará os seus «Discours de Suède», reconhecendo o seu valor, insistirá com a família para que ele continue a estudar. Assim acontecerá e quando frequenta a Faculdade de Letras de Argel encontrará uma das suas amizades essenciais em Jean Grenier. Licenciar-se-á em Filosofia com um estudo sobre St. Agostinho e Plotino, porém a doença vai impedir que o aceitem na carreira docente. Casa-se, pouco depois divorcia-se, ganha a vida como vendedor de acessórios para automóveis, trabalha nos serviços de meteorologia e também num escritório de um corretor marítimo. Adere ao partido comunista, mas afastar-se-á logo depois em profundo desacordo. Ao mesmo tempo, atraído pelo teatro, faz-se animador e actor. Em breve vai dedicar-se ao jornalismo, pela mão de Pascal Pia que tinha criado o «Alger Republicain». Notabiliza-se nesta actividade e vai escrevendo «L'Étranger» e «Caligule». Algum tempo depois, em finais de 1939, conhecerá a sua segunda mulher e recomendado por Pascal Pia vai para Paris assumir o secretariado de redacção do «Paris Soir». Mas, em breve, a invasão nazi provocará a sua ida para Clermont-Ferrand, onde aquele jornal continuará a ser publicado. Ai redige o «Mythe de Sysiphe». Depois regressará à Argélia onde leccionará num colégio privado de Orão. Inicia «La Peste» e no final de 1941, decide entrar na Resistência. Começa a actividade de jornalista no «Combate» e em 1942, por sugestão de Malraux, a Gallimard publicará «L'Étranger». No ano seguinte aparece «Le Mythe de Sysiphe», ao mesmo tempo que, clandestinamente, escreve as «Lettres à un Ami Allemand», bem como algumas peças de teatro, «Caligule», «Le Malentendu», «L'État de Siège» e «Les Justes», que definitivamente o situam no panorama cultural. Já em 1946, publicará «La Peste», romance fulgurante e essencial e depois em 1951, sairá o «L'Homme Révolté», obra capital que provocará uma longa e violenta polémica com a direita e com a esquerda intelectuais, sobretudo com F. Jeanson e Sartre. Mais tarde, em 1956, publicará «La Chute», esplêndida obra literária, embora enigmática quanto ao seu real significado. Recebe o Nobel da Literatura no ano seguinte e quando, dir-se-ia iniciar um novo período de uma muito provável fecundidade intelectual, eis que a mais estranha e funesta punição aconteceu — há trinta anos, a arbitrariedade inexorável do destino irrompeu e destruiu brutalmente uma vida e uma obra exemplares.

Estabelecido o nosso tema, que nos disse Camus?

Se bem o interpretamos, toda a sua reflexão parte da constatação de que aos seres humanos, se depára uma espécie de auto-marginalidade e orfandade no seio da enigmática realidade de um universo, cuja inteligibilidade nos aumenta a solidão e a amargura de um inquieto caminho entre o nascimento e a finitude, encruzilhada absurda que, não obstante, desperta um esforço de lucidez, talvez sempre inconformista, que lhe pauta o ritmo e a tensão, mais ou menos permanente, das interrogações essenciais.

Talvez insignificante, a vida humana radicaliza-se em experiências-limite que exigem respostas e como ele escreveu em «L'Énigme», compilado no livro «L'Été», «au plus noir de notre nihilisme, j'ai cherché seulement des raisons de dépasser ce nihilisme» (2); na realidade, em certos momentos, Camus criticou o niilismo, sobretudo o de índole moral, porque dele só podiam derivar atitudes e acções pseudo-libertadoras que apenas humilhavam a condição humana (3). Também se opôs ao niilismo metafísico porque amava a vida apaixonadamente e via na vontade de viver um eloquente e inevitável juízo de valor. Igualmente sempre criticou os que dogmaticamente não admitiam outra realidade para além da História.

O dado fundamental é, para Camus, a confrontação entre a consciência humana, essencial desejo de clareza e unidade e o mundo que se lhe apresenta como totalmente irracional. É o absurdo resulta da desproporção entre a pretensão da consciência e o carácter enigmático do mundo.

Que fazer? «La vie vaut ou ne vaut pas la peine d'être vécue?» (4), «est-ce que son absurdité exige qu'on lui échappe par l'espoir ou le suicide», escreveu no «Mythe de Sisyphé» (5).

Camus recusará explicitamente o suicídio, apontando que a verdadeira resposta é a constante revolta, porque aqui não se faz apelo a qualquer transcendência que, aliás mais não seria do que um intento de evasão; portanto, respeita-se o

(2) Camus, Albert, «L'Été» em «Essais», ob. cit., p. 865.

(3) Cfr. Camus, Albert, «L'Homme Révolté», em «Essais», ob. cit., pp. 648-649.

(4) Camus, Albert, «Le Mythe de Sisyphé» em «Essais», ob. cit., p. 99.

(5) Idem, ibidem, p. 103.

absurdo, ao mesmo tempo que não se elimina a consciência, como no suicídio. A consciência revela-se como o único bem do ser humano, já que por ela pode opôr-se à irracionalidade do mundo e da vida. A revolta é, assim, uma atitude de fidelidade à consciência, atitude lúcida, corajosa e desesperançada porque não há apelo possível. É, também, verdadeira liberdade — a consciência liberta-se do mundo ao qual se opõe — e paixão de viver, embora uma experiência inexoravelmente amarga.

Este é, em síntese, o conteúdo do «Mythe de Sysiphe», presença fundamental no pensamento de Camus.

Se, como pensamos, o seu ideário está contido essencialmente nas suas duas grandes obras teóricas, «Le Mythe de Sysiphe» (1943) e «L'Homme Révolté» (1951), importa considerar, em seguida, que se no primeiro ensaio, a consciência despertava, revoltando-se a seguir, na segunda obra referida, a revolta intensifica o despertar da consciência alargada ao âmbito social. É que o sentido da vida deixa de ser unicamente egoísta para se tornar altruísta, na medida em que a consciência se vai experimentando como um bem comum a todos os seres humanos. Aqui, Camus interpreta a história humana (sobretudo nos dois últimos séculos) como história da revolta contra Deus e outros cultos estabelecidos. Reflecte acerca dos motivos e dos fins da revolta na história nas suas duas formas: revolta «metafísica» e revolta «história», isto é, a revolução, como redemoinho das ideologias nos ventos da História, sublinhando que os desvios têm sempre conduzido à violência, à morte. Como ele nos diz, por um lado, os niilistas cegos pelo absurdo e pela crueldade do mundo desembocam no «tudo é permitido» e aniquilam frequentemente os seus semelhantes; por outro lado, os optimistas, para fazer triunfar o bem, nem sempre evitam a violência. Frente a estas «intemperâncias do Absoluto», por se absolutizar o bem e o mal, Camus considera que a acção rebelde é uma acção equilibrada, medida, porque convicta de que o bem e o mal são relativos e mutuamente limitados. Ele irá escolher uma moral *viva*, isto é, sensata, fiel à revolta e base de uma acção limitada, sempre consciente da sua limitação. Por essa razão, nos dirá que ninguém pode ser *absolutamente* inocente ou culpado. Apenas será de admitir uma «culpabilidade razoável».

Sendo amor ao relativo (oposto ao amor absoluto — com a forma de Deus ou da História — que leva ao ódio, à violência), a acção rebelde, a revolta é também amor, mas amor ao concreto

e ao presente. Donde surgirá uma certa alegria, a que adiante nos referiremos. Ora, é justamente nesta ordem de ideias que entendemos a nobreza de Sísifo — afinal, a condição humana, como diria André Malraux — situando-se na autoconsciência do seu próprio destino, tal como é iniludível a mútua implicação entre liberdade e justiça, evidenciada nessa ética da revolta, que o leva a escrever «(...) la liberté absolue raille la justice. La justice absolue nie la liberté. Pour être fécondes, les deux notions doivent trouver, l'une dans l'autre, leur limite» (6).

Ainda, em consequência, importa referir que dessa revolta brota uma filosofia, «une philosophie des limites, de l'ignorance calculée et du risque» (7) e uma ética, onde nunca os fins justificam os meios, como vemos na interrogação de Camus — «la fin justifie les moyens? Cela est possible. Mais qui justifiera la fin? A cette question, que la pensée historique laisse pendante, la révolte répond: les moyens» (8).

Não existir resposta significativa para o absurdo ou para a iniquidade da dor humana não anula uma exigência radical — precisamente, a de encontrar o rumo digno para a vida, afinal, estabelecer a fronteira entre o bem e o mal.

Recusar a servidão, a mentira, a violência, o terror, agir contra a decepção, ao ritmo daquela divisa de Séneca, 'homo hominis res sacra' é o que há de decisivo na proposta de Camus para «tornar a justiça imaginável e a felicidade significativa», combate, talvez, difícil, mas manifestamente sublime, afã corajoso para a construção da «Cité universelle des hommes libres et fraternels» (9) através do empenhamento honesto, exigente e sincero de cada ser humano.

Com efeito, na trajectória moral do pensamento de Camus destaca-se singularmente uma reiterada defesa do imperativo de Autenticidade, onde o desassombro e a rectidão convergem para fundamentar o ideal de Fraternidade e de Amor, a fim de que a vida tenha algum sentido, apesar de se divisar no seu horizonte, a peste, a desgraça injustificável e comum que é a morte, realidade

(6) Id., «L'Homme Révolté» em «Essais», ob. cit., p. 694.

(7) Id., *ibid.*, p. 693.

(8) Id., *ibid.*, p. 696.

(9) Id., *ibid.*, p. 643.

desesperante que impõe um definitivo silêncio à aventura humana, uma vez que «sous l'éclairage mortel de cette destinée, l'inutilité apparaît» (10).

Então, porquê restaurar ou reanimar o homem, se ele tem inexoravelmente que morrer? «Oui, l'homme est sa propre fin. Et il est sa seule fin. S'il veut être quelque chose, c'est dans cette vie», escreveu no «Mythe de Sisyphé» (11). Daí que, face à hostilidade de um destino injusto, resta aos seres humanos as núpcias com a vida, com o mundo, com a felicidade possível, assumindo-se como seres-*contra-a*-morte, insubmissos perante o limite trágico, resolutos na contestação e na revolta, salvaguardando, por consequência, um sentido humano no combate desumano, nunca renunciando à Dignidade.

Assim se vê como da experiência do absurdo nasce a experiência da revolta metafísica e histórica, da qual derivará a acção concreta e, portanto, social e política. Através desta acção questionar-se-ão todos os mecanismos alienantes que estiolam a aspiração individual à fruição, única e intransferível, de uma existência em busca da Felicidade.

Torna-se, deste modo, necessário traçar os prolegómenos de um autêntico Humanismo, capaz de dominar os delírios históricos que violam a liberdade e suprimem a justiça.

Trata-se de pensar as exigências éticas para o agir humano, não iludindo a questão pela adesão ou evasão na abstracta ajuda da religião, nem pela fidelidade a messianismos de índole revolucionária, onde, quase sempre, os critérios de eficácia desafiam a honra, anulam a justiça e, por vezes, toleram o crime.

Trata-se de encontrar a alternativa à indiferença atroz do silêncio divino e, também, ao absolutismo das ideologias no processo histórico.

Ora, a atitude que define essa alternativa é a revolta, mas revolta nada tem a ver com o ressentimento a que se referiu Max Scheler, pois não se traduz em inveja ou em ódio. Para Camus, a revolta é uma luta contínua contra tudo isso; é «le mouvement qui dresse l'individu pour la défense d'une dignité commune à tous

(10) Id., «Le Mythe de Sisyphé» em «Essais», ob. cit., p. 109.

(11) Id., *ibid.*, p. 166.

les hommes» (12), reconhecendo-lhes a mesma natureza, a revolta anuncia «la mesure et les limites» (13) que a constitui e fundamentará uma verdadeira solidariedade, nascida de uma tomada de consciência da natureza humana. Aqui está o sentido do que se designa por 'cogito camusiano': «Je me révolte, donc nous sommes» (14).

Nesta perspectiva, a absurdidade do mundo assume, para Camus, a dimensão da injustiça. Longe da revolta solitária que «L'Étranger» salientava, encontramos agora, em «La Peste», todas as facetas que dão corpo e sentido à solidariedade entre os seres humanos, evidenciada no romance como luta de uma comunidade contra a infelicidade, a tragédia, o mal. A mesma continuidade poderá assinalar-se no trânsito do «Mythe de Sysiphe» para «L'Homme Révolté», bem como no teatro, de «Caligule» para «Les Justes». Há uma evolução no pensamento de Camus, mas não há contradição de perspectivas — o combate pela verdade e pela justiça permanece decisivo em direcção à Fraternidade. Este é o sentido global daquelas muito significativas obras, correlacionadas entre si, porquanto o que numas se teoriza, é narrado literariamente nas outras.

É o apelo à solidariedade humana que brota daquelas páginas, é a afirmação decisiva de que o ser humano fundamenta o seu valor absoluto como pessoa, naquela solidariedade, é a recusa da indiferença perante os acontecimentos humanos, é, numa palavra, o altruísmo.

A revolta autêntica é a solidariedade contra tudo o que é absurdo, a solidariedade é uma força colectiva contra a abstenção e o desinteresse, é a via para uma certa felicidade.

Nesta perspectiva se compreenderá a importância de que o diálogo democrático se reveste para Camus — «j'ai besoin des autres qui ont besoin de moi et de chacun» (15), bem como a valorização do «espírito sindicalista e libertário» cujo sentido dos limites é a expressão da revolta, tal como nele se pode entrever «le triomphe de la diversité des consciences qui s'unissent librement,

(12) Id., «L'Homme Révolté» em «Essais», ob. cit., p. 428.

(13) Id., *ibid.*, p. 697.

(14) Id., *ibid.*, p. 432.

(15) Id., *ibid.*, p. 700.

non seulement à la faveur d'un non, mais à la faveur d'un oui à la vie et au bonheur présents» (16).

A este propósito, importa lembrar que Camus não acreditava na opção revolucionária, porque esta nunca evita o terror e a violência e assim nunca será possível reformar uma sociedade, já que sempre conduz à destruição, ao crime, à injustiça.

Repare-se que ele escreveu que «l'homme enfin n'est pas entièrement coupable, il n'a pas commencé l'histoire; ni tout à fait innocent puisqu'il la continue» (17), por consequência, na ordem humana, tudo é relativo, razão fundamental para agir com medida, evitar o excesso dos absolutos implacáveis com que as ideologias actuam ao longo da História. O que importa verdadeiramente é salvar os seres humanos do abismo de insensata desmesura que as revoluções provocam, porquanto «l'histoire des révolutions montre que la justice et la liberté entrent presque toujours en conflit comme si leurs exigences mutuelles se trouvaient inconciliables» (18).

É, nesta ordem de ideias, que Camus, sem renunciar a uma análise crítica do marxismo e do capitalismo, ambos violadores dos direitos humanos, sublinhou que a grande questão do tempo contemporâneo se situa entre totalitarismo e liberdade. Reflectia nisto em meados do nosso século, será admissível considerá-lo inactual?

Todo o pensamento de Camus aspirou à construção de uma moral existencial, cujo fundamento se encontra naquele último capítulo de «L'Homme Révolté», intitulado «la pensée de midi». Dir-se-ia que toda a sabedoria de Camus está contida nas perspectivas desse «pensée solaire» que vamos considerar para melhor esclarecer a ética da revolta que nos é proposta com inegável seriedade. À partida, a revolta define uma atitude de renúncia à violência; de contrário, seria admissível a revolução que, já vimos, acaba por instaurar um conflito entre justiça e liberdade. Surge a necessidade de estabelecer limites e isto significa não absolutizar a História, já que esta negligencia a natureza humana que só a revolta revela, porque sugere — di-lo Camus — uma natureza

(16) Nicolas, André, «Albert Camus ou Le Vrai Prométhée», Paris, Seghers, 1966, p. 167.

(17) Camus, Albert, «L'Homme Révolté», em «Essais», ob. cit., p. 700.

(18) Id., *ibid.*, p. 691.

comum dos homens. Ora, esta será a medida a opor à desmesura revolucionária. Só a revolta vigilante e activa «nous tient toujours debout dans le mouvement informe et furieux de l'histoire» (19).

Todavia, a acção humana será sempre relativa, dado que, «dans sons plus grand effort, l'homme ne peut que se proposer de diminuer arithmétiquement la douleur du monde. Mais l'injustice et la souffrance demeureront et si limitées soient-elles, elles ne cesseront pas d'être le scandale» (20).

Resta, porém, a generosidade para com o próximo, uma enérgica atitude de Amor que será baluarte contra a opressão, contra a injustiça. Camus diz-nos que a revolta é «amour et fécondité, ou elle n'est rien» (21), é a dimensão humana para a acção justa, na qual a lucidez conduzirá à medida, à consciência dos limites e, portanto, à recusa do mal.

Por esta via, aparece-nos uma moral concreta, permeável à vida, obediente a valores humanos e não a excessos ideológicos. Em última análise, esta moral, abrindo-se ao entusiasmo de viver, é portadora de uma alegria que é força e coragem para assumirmos a tensão patética da precária condição humana. Ora, se bem o interpretamos, no itinerário de Camus, o pessimismo é uma constante, porém não conduz a um humanismo niilista. É um pessimismo que sonha, com um mundo onde não hajam «ni victimes, ni bourreaux», nem a deserção moral, nem a cumplicidade com a injustiça, com o mal.

Vimos como para ele a revolução não tem todos os direitos, tal como a História talvez não tenha um sentido necessário ou, pelo menos, mais importante do que a natureza humana e a beleza do mundo. Daí a apologia de um reformismo político que lhe valeu críticas injustas e demolidoras dos que, como Sartre, apostaram na mística revolucionária, sem repararem nos seus desvios totalitários.

Afirmar o primado da responsabilidade moral, outro não foi, com efeito, o horizonte da sua fulgurante intervenção cívica e intelectual, onde a busca de um acordo entre a Natureza e a Justiça

(19) Id., *ibid.*, p. 704.

(20) Id., *ibid.*, p. 706.

(21) Id., *ibid.*, p. 707.

nos evidencia a necessidade de ponderar os nossos limites e as nossas misérias, devendo, por isso, instaurar-se a tolerância — talvez sejamos todos, sempre, mais ou menos culpados e por isso sem o direito de julgarmos em absoluto. Não ultrapassamos, talvez, a condição de «juizes-penitentes» como a personagem de «La Chute».

A mensagem que nos deixou Albert Camus traduz-se, por consequência, num apelo a uma infatigável integridade moral, onde a coragem e a bondade, com a revolta permanente, darão seguramente sentido ao combate em prol da honra na vida. Existe, para Camus, uma indeclinável opção para se atingir a máxima dignidade na conduta da vida — o afã da verdade e a paixão pela Justiça e pela Liberdade.

Mensagem incompleta?

Talvez sim, para os que consideram que as ideias não passam de ilusões líricas perante os sete palmos de terra e um caixão para onde está condenada a esperança.

Decerto que não para os que, embora conscientes da absurdidade do mundo e do escândalo da morte, pensam que não há esperança senão na acção humana, ao ritmo de uma fidelidade à Terra, experimentando uma alegria difícil e quotidiana, visando atingir «Ithaca, la terre fidèle, la pensée audacieuse et frugale, l'action lucide, la générosité de l'homme qui sait» ⁽²²⁾ que o mar, o sol, as árvores no campo, as nuvens no céu, a Amizade e o Amor são, para os seus olhos deslumbrados, «uma promessa de Felicidade», como diria Stendhal.

Por tudo isto, aceitamos a perspectiva de Camus, um céptico mas não um niilista, um discípulo remoto de Epicuro, mas não um hedonista irresponsável, um amigo da Tolerância, um 'mestre da suspeita' ao não propor nenhum ópio barato para o sofrimento humano.

A sua voz é actual, na medida em que nos anuncia um pacto real entre a 'Physis' e o 'Logos', um veemente protesto válido para todos os tempos, fecundo e imortal, contra toda a espécie de reducionismos, uma sabedoria para o afrontamento, desportivo e jovial, da tragédia da vida, um convite profundo à efectiva concretização da ideia de Bem.

(22) Id., *ibid.*, p. 708.

Que teria sido o seu pensar sem o seu desaparecimento prematuro?

Trinta anos permitem a distância para, com serenidade, admirar a sua obra, expressando a nossa nostalgia, a nossa imensa solidão, a nossa vontade de nela aprendermos uma lição de Autenticidade!

Lúis de Araújo